

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.602 - SP (2019/0130327-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : **VALERIA APARECIDA SIMPRONI**  
**ADVOGADO** : **ROBERTO TSUKASA OTSUKA E OUTRO(S)** - SP364310  
**AGRAVADO** : **TRANSERP - EMPRESA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE**  
**URBANO DE RIBEIRÃO PRETO S/A**  
**ADVOGADOS** : **RICARDO QUEIROZ LIPORASSI** - SP183638  
**FERNANDO CESAR CEARA JULIANI E OUTRO(S)** - SP229451

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado por **VALERIA APARECIDA SIMPRONI**, contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 160):

*APELAÇÃO. Ação de rito ordinário. Pretensão ao reconhecimento de nulidade de auto de infração de trânsito emitido por sociedade de economia mista (TRANSERP). Inexistência de impedimento legal à delegação de atividade pública de poder de polícia à sociedade de economia mista, a teor do artigo 25, da Lei nº 9.503/97. Precedentes deste E. Tribunal. Sentença de improcedência mantida. Honorários recursais fixados. Apelação não provida.*

Nas razões do recurso especial, a parte agravante sustenta, em síntese, a impossibilidade de se delegar o poder de polícia sancionador a sociedade de economia mista.

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Quanto à matéria de fundo referente à possibilidade de aplicação de multa de trânsito por sociedade de economia mista, ressalta-se a existência de repercussão geral, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, no **ARE 662.186 RG/MG** (posteriormente convertido no **RE 633.782**) - **Tema 532**, cuja ementa transcreve-se abaixo:

*DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APLICAÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PODER DE POLÍCIA. DELEGAÇÃO DOS ATOS DE FISCALIZAÇÃO E SANÇÃO A PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

(**ARE 662.186 RG**, Relator(a): Min. Luiz Fux, julgado em 22/3/2012, Acórdão Eletrônico DJe-180 Divulg 12/9/2012 Public 13/9/2012).

Assim, em razão de economia processual e para se evitar a prolação pelo STJ de provimentos jurisdicionais em desconformidade com o que vier a ser definitivamente decidido pela Corte Suprema, conveniente que a apreciação do recurso especial fique sobrestada até o exaurimento da competência do Tribunal de origem, que ocorrerá com o juízo de retratação ou de conformação a ser realizado pela instância ordinária após o julgamento do recurso extraordinário, sobre o mesmo tema, afetado ao regime da repercussão geral, nos moldes dos **arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015**.

Ressalte-se que a Primeira Turma do STJ, na assentada de 8/6/2017, ao julgar o **AgInt no AgInt no REsp 1.603.061/SC**, ratificou a orientação de que *"podendo a ulterior decisão do STF, em repercussão geral já reconhecida, afetar o julgamento da matéria veiculada no recurso especial, faz-se conveniente que o STJ, em homenagem aos princípios processuais da economia e da efetividade, determine o sobrestamento do especial e devolva os autos ao Tribunal de origem para que ali, em se fazendo necessário, seja oportunamente realizado o ajuste do acórdão local ao que vier a ser decidido na Excelsa Corte "*.

**ANTE O EXPOSTO**, nos termos da fundamentação, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**Relator**